

Políticas compensatórias

Em consequência do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional, o governo brasileiro comprometeu-se a adotar medidas drásticas para reduzir o déficit público e conseguir, se possível, superávit orçamentário a partir do próximo ano. Entre as principais providências a serem adotadas, estão o aumento de impostos e o corte de despesas públicas.

Diante de tais compromissos, a previsão mais otimista de crescimento da economia brasileira, no próximo ano, é da ordem de 1% do PIB. Como a população do país vem crescendo à taxa anual de 1,3%, é inevitável que a pressão sobre o emprego, em 1999, seja bastante superior à do ano corrente.

As autoridades evitam falar em recessão, mas, mantida a política de juros altos para atrair investimentos externos, o corte de recursos destinados à realização de obras públicas, nos planos federal, estadual e municipal, deve atingir principalmente o setor que mais absorve trabalhadores de baixa renda no país, o da construção civil.

Em outras palavras: o desemprego, no próximo ano, estará em ascensão, atingindo todas as categorias de assalariados, mas especialmente os trabalhadores não qualificados e de menor ren-

da. O governo terá, portanto, de adotar políticas compensatórias, que lhes proporcionem maior proteção aos trabalhadores da base da pirâmide salarial. Esse é o maior desafio político para o primeiro ano do novo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sucede, no entanto, que a obrigação de conter gastos públicos e a falta de recursos para executar programas que atendam, minimamente, às necessidades das camadas mais pobres da população na hipótese de aumento do desemprego, constitui problema de solução difícil. Mas o governo terá de resolvê-lo a fim de evitar que se agravem as tensões sociais no país.

Parte da resposta ao desafio que o presidente vai enfrentar talvez esteja incluída no apelo feito por ele, há tempos, para que o empresariado colabore com o país e o ajude a resolver a crise brasileira. Trabalhadores, empresários e governo estão juntos no mesmo barco. As classes produtoras nacionais, com certeza, não deixarão de ajudar o país a superar as dificuldades. Mas, evidentemente, como também enfrentaram turbulências e tiveram problemas, precisam ter condições — que só o próprio governo pode criar — para proporcionar ao Brasil tudo o que ele precisa e merece.